

5 Conclusão

A discussão acerca da ordem, das instituições e da governança global não se esgota com o exposto nesse trabalho. Sendo uma das principais temáticas de estudo em Relações Internacionais, essa discussão está atrelada a uma série de outros questionamentos teóricos, políticos e econômicos. Nesse trabalho, buscou-se destacar a insuficiência das abordagens tradicionais em trabalhar a dimensão constitutiva da ordem internacional e da governança global. Destacamos que a constituição de uma ordem global está diretamente relacionada à dimensão produtiva de poder, responsável por constituir os diferentes sujeitos da política internacional por meio de sistemas de saber e práticas discursivas.

As perspectivas tradicionais de RI apesar de pensarem o problema da ordem a partir de diferentes pressupostos teóricos, colocam, em geral, o Estado como elemento chave em suas abordagens. No mecanismo de balanço de poder esse reconhecimento fica bastante claro, no entanto, embora menos evidente, também está presente na escola inglesa e em grande parte da teoria construtivista, pois o entendimento das regras que seriam capazes de sustentar uma sociedade de Estados em última instância emanam do próprio Estado (Linklater, 1998; Wendt, 2003; Buchanan & Keohane, 2004). As principais matrizes teóricas da disciplina desenvolveram interpretações rígidas de conceitos chave como o Estado, anarquia e soberania, fazendo com que fosse criado um arcabouço analítico bastante rígido e pouco crítico desses conceitos.

Nesse sentido, a ontologia das relações internacionais foi em grande medida definida a partir de uma concepção dualista de soberania (*inside/outside*), e de uma localização bastante específica de onde reside a vida política na sociedade, ou seja, o entendimento moderno das relações espaço-tempo está atrelado em grande medida ao princípio da soberania. É nesse sentido que as teorias de RI estão vinculadas a uma filosofia da história que se baseia fundamentalmente em um senso de espaço e territorialidade que localiza a vida política em espaços específicos: no interior do Estado (Walker, 1993).

Sendo assim, argumentamos que as perspectivas teóricas da área encontram-se em dificuldade para teorizar sobre a atual dinâmica da política mundial do ponto de vista não somente analítico, mas também normativo e praxiológico. O mundo do século XXI é bastante diverso do mundo que encontrávamos em meados do século XX, quando a disciplina de Relações Internacionais começara a se consolidar como uma esfera autônoma de produção de conhecimento. Alterou-se a dinâmica do sistema internacional, das relações entre os Estados e da política mundial como um todo ao longo dos anos, principalmente após o fim da Guerra Fria e a chegada do fenômeno da globalização.

Muitos teóricos, há algum tempo, apontam para a necessidade de uma nova ontologia para se entender a ordem mundial. Esse trabalho não pretendeu de maneira alguma esgotar o debate acerca da problemática ordem e da governança na sua totalidade ou estabelecer uma saída inequívoca para tal problema. O objetivo buscado foi trabalhar os principais debates estabelecidos ao longo dos anos na disciplina de Relações Internacionais e destacar que a dimensão constitutiva da ordem deve ser entendida a partir de um olhar que não negligencie sua dimensão discursiva, dimensão em que o conceito de desenvolvimento exerce papel fundamental na atual contexto da política mundial.

O fim da Guerra Fria, a globalização e as transformações na política mundial nos evidenciam a insuficiência destas concepções tradicionais, e nos colocam diante do desafio de pensar a política para além dos limites demarcados no espaço. Esse esforço vai permitir compreender não somente a dimensão institucional da governança global, mas também sua dimensão constitutiva, no sentido de incorporar e reproduzir certos discursos e práticas na política mundial. Ou seja, o movimento teórico principal foi no sentido de superar concepções tradicionais da disciplina de Relações Internacionais que tratam da temática da (ordem, instituições e governança) e adotar uma perspectiva crítica capaz de compreender a dimensão discursiva e constitutiva da governança global e da ordem internacional.

Partimos, portanto, do princípio que a realidade é socialmente construída, e nesse sentido, os fatores ideacionais exercem papel fundamental na constituição dos sujeitos e das práticas que se desenvolvem na política mundial. São as relações sociais que definem quais os discursos dominantes, quem são os atores e

quais são as capacidades e práticas que estes terão possibilidade de exercer. Desse modo, as práticas de governança e a noção de ordem que se tem fomentado na política mundial contemporânea pode ser entendida como formas particulares que denotam uma específica relação de poder/conhecimento. Por isso a importância da categorização de Barnett & Duvall (2005), que baseados em Foucault, destacam a importância da dimensão produtiva do poder na constituição dos sujeitos.

No contexto ideacional em que a constituição da noção de ordem e governança estão inseridos, destacamos a centralidade do discurso do desenvolvimento e sua importância na construção de um consenso intersubjetivo entre os atores sobre o que seria a ordem internacional e como promovê-la. Seguindo a perspectiva de Escobar (1995), este trabalho buscou trabalhar a temática do desenvolvimento como um discurso situado em espaço e tempo específicos, capaz de criar um conjunto de pensamento e ação política, e que é produto de três dimensões principais: (i) as formas de saber que se referem ao desenvolvimento, criando teorias e conceitos sobre o tema; (ii) o sistema de poder que regula as práticas, que aqui será trabalhado a partir da noção de governança global; (iii) as formas de subjetividade fomentada por esse discurso, formas pelas quais o mundo é dividido em desenvolvido e subdesenvolvido, seguindo a dicotomia tradicional/moderno da teoria da modernização.

O Sistema das Nações Unidas é, no nosso entendimento, um ambiente institucional importante na produção e disseminação de ideias na política mundial. Sendo assim, pode ser entendido como um sistema de poder fundamental por meio do qual certos discursos ganham legitimidade e validade epistêmica na política mundial, iluminando diversas práticas no sistema internacional. Nesse sentido, nossa análise buscou evidenciar que o discurso do desenvolvimento no sistema ONU é central nas mais diversas agendas da instituição, sendo componente fundamental da própria noção de ordem que se busca fomentar na política mundial contemporânea. Embora o discurso do desenvolvimento tenha ganhado relevância no imediato pós-guerra, a partir de uma concepção estritamente economicista, este foi paulatinamente ampliando seu escopo e passou a interagir com diversas nuances da política mundial, onde a relação com as questões de segurança merecem destaque. Sendo assim, concordamos com Escobar (1995) no sentido de que a problematização da pobreza no pós-guerra foi fundamental para a afirmação do discurso do desenvolvimento, no entanto, vamos

mais além no sentido de argumentar que o discurso de desenvolvimento possui relação significativa com a construção de um consenso intersubjetivo acerca da ordem internacional e na formação das políticas de governança global. A governança não deve ser entendida, portanto, apenas a partir da ótica institucional ou apenas a partir do ponto de vista do agente, mas a partir de um olhar que capture sua dimensão discursiva .

A estrutura de governança global, na qual a ONU exerce papel fundamental, é importante na medida em que é responsável pela reprodução de certos discursos que produzem continuidade no tempo e no espaço, contribuindo para objetivação de certas estruturas, ou seja, surge certa noção de continuidade espacial e temporal e uma noção de que todos estão se movendo numa direção comum. Desse modo, um olhar sobre a questão do desenvolvimento a partir da estrutura de governança global nos permite entender que tipo de desenvolvimento estamos falando, para onde este entendimento pode nos levar e quais as possíveis consequências de termos uma noção de ordem global orientada pelo discurso do desenvolvimento.

No contexto da relação governança e desenvolvimento, os principais relatórios da ONU produzidos principalmente no período pós-guerra fria demonstram que o discurso do desenvolvimento está presente como um dos principais mecanismos para promover a paz e estabilidade do sistema internacional. Nesse sentido, parece pertinente que argumentação que o discurso do desenvolvimento atua de maneira crucial na construção intersubjetiva da concepção contemporânea de ordem internacional e ainda ilumina o processo de estruturação dos mecanismos de governança global no sentido de promover e garantir a manutenção dessa ordem.